



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
Av. Eng. Fábio R. Barnabé n°. 2800 – Jd. Esplanada II
C.N.P.J. n° 44.733.608/0001-09

DEMONSTRATIVO DE MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO A RENÚNCIAS DE RECEITA E AO AUMENTO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

(Art. 5º - Inciso II da Lei Complementar n°. 101/00-LRF)

ANEXO DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2021

BASE LEGAL	DISCRIMINAÇÃO	VALOR ESTIMADO (R\$)	COMPENSAÇÃO (Vide observações)
Lei n°. 2304/87	Isenção da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo – imóveis de propriedade do SESI	10.000,00	09
Lei n°. 3328/96 Lei n°. 4355/03	Isenção do IPTU e da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo (imóveis tombados pelo Poder Público)	42.000,00	02
Lei n°. 3375/96	Isenção da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo – imóveis de propriedade – SENAI	4.000,00	09
Lei n°. 4099/01 Lei n°. 4123/02 Lei n°. 4752/05 Lei n°. 4907/06 Lei n°. 5126/07	Isenção da Taxa de Licença de Funcionamento (Indústrias e Prestadores de Serviços instalados em distritos industriais)	1.650.000,00	06
Lei n°. 3859/00 Lei n°. 4007/01 Lei n°. 5171/07	Isenção da Taxa de Ocupação do Solo Público e do Preço Público (Bibliobancas)	33.000,00	02
Lei n°. 4258/02 revogada e LC n° 57/19	Isenção de Multas e Juros sobre débitos inscritos em Dívida Ativa. (pessoa física ou equiparada em condição de hipossuficiência financeira)	241.860,00	01
Lei n°. 4443/03	Não incidência do IPTU e Taxa de Coleta e remoção de Lixo (proprietários de imóveis residenciais com até 60 m² de área construída)	3.700.000,00	03
Lei n°. 4760/05 Lei n°. 4890/06	Redução do IPTU (aposentados e pensionistas)	2.500.000,00	01
Lei n°. 1284/73 Reeditada Lei n°. 4099/01	Isenção do IPTU e da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo (Instituições de Caridade e Sociedades sem Fins Lucrativos)	800.000,00	06
Lei n°. 1284/73 Reeditada Lei n°. 3359/96 Lei n°. 4099/01 Lei n°. 4123/02 Lei n°. 4752/05 Lei n°. 4907/06 Lei n°. 5669/09 Lei n°. 5762/10 Lei n°. 5126/07	Isenção e remissão de ISSQN / Taxa de Licença para Execução de Obras Particulares para diversas atividades e Galpões Industriais	500.000,00	06
Lei n°. 1284/73 LC n°. 41/18 (revogada) LC n°. 44/18	Redução da Base de Cálculo do ISSQN sobre o serviço público de transporte coletivo de passageiros (item 16.01 da lista de serviços)	280.000,00	03



BASE LEGAL	DISCRIMINAÇÃO	VALOR ESTIMADO (R\$)	COMPENSAÇÃO (Vide observações)
Lei nº. 1284/73 Reeditada Lei nº. 2051/84 Lei nº. 4752/05 Lei nº. 4907/06 Lei nº. 5263/07 Lei nº. 5805/10 Lei nº. 6236/13	Incentivos Fiscais para Indústrias (IPTU e ITBI)	7.700.000,00	06
Lei nº. 4541/04	Isenção IPTU/CIP Vila Brigadeiro Faria Lima	12.000,00	03
Lei nº. 4853/05	Não incidência IPTU/Taxa de Coleta e Remoção de Lixo/CIP – imóveis concedidos a Associação Filantrópica Lar São Francisco de Assis	3.330,00	03
Lei nº. 5432/08	Não incidência IPTU/CIP – imóveis concedidos a Associação Nordestinos Migrantes	1.000,00	03
Lei nº. 5443/08 Lei nº. 5634/09 Lei nº. 6991/18	Não incidência IPTU/Taxa de Coleta e Remoção de Lixo – imóveis concedidos ao Rotary Clube	2.000,00	03
Lei nº. 5762/10	Não incidência IPTU/ITBI/CIP - imóveis Programa Habitacional Federal “Minha Casa, Minha Vida”	700.000,00	03
Lei nº. 5797/10	Não incidência IPTU/Taxa de Coleta e Remoção de Lixo - imóvel cedido a Associação Cultural e Assistencial Fraternidade Votura	12.000,00	03
Lei nº. 4848/05	Não incidência de IPTU/CIP – imóvel concedido a Associação Amigos de Bairro 10 de Fevereiro	5.000,00	03
Lei nº. 5028/06	Não incidência de IPTU/CIP – imóvel concedido a Associação Off Road Filantropia e Lazer	27.000,00	03
Lei nº. 4846/05 Lei nº. 5188/07	Não incidência de IPTU/CIP – imóvel concedido ao CIRVA	4.220,00	03
Lei nº. 4845/05 Lei nº. 5420/08	Não incidência de IPTU/Taxa de Coleta e Remoção de Lixo – imóvel concedido ao CIASPE	14.000,00	03
Lei nº. 5425/08 Lei nº. 5675/09	Não incidência de IPTU/Taxa de Coleta e Remoção de Lixo – imóvel concedido ao SISNI	4.000,00	03
Lei nº. 5786/10 Lei nº. 6609/16	Não incidência de IPTU/CIP – imóvel concedido p/ AMPEI	1.010,00	03
Lei nº. 4111/01	Não Incidência de IPTU/CIP – imóvel de Propriedade do Fundo Arrendamento Residencial	1.000,00	03
Lei nº. 5409/08 Lei nº. 7228/19	Não incidência de ITBI – Programas Habitacionais de Interesse Social	200.000,00	03
Lei nº. 6411/14	Não incidência de IPTU/CIP – imóvel concedido ao Rotary Clube	14.000,00	03
Lei nº. 6604/16	Não incidência de IPTU/Taxa de Coleta e Remoção de Lixo – imóvel concedido ao VOLACC	14.000,00	03
Lei nº. 6748/17	Não incidência IPTU/CIP – imóvel concedido a UECPL União Espírita Cristã Ponto de Luz	5.000,00	03



BASE LEGAL	DISCRIMINAÇÃO	VALOR ESTIMADO (R\$)	COMPENSAÇÃO (Vide observações)
Lei nº. 6898/18	Não incidência IPTU/CIP – imóvel concedido a ONG Anjos de Patas	8.000,00	03
Lei nº. 6608/16 Lei nº. 6972/18	Não incidência IPTU/CIP – imóvel concedido ao Federados Moto Clube	2.000,00	03
Total Estimado das Renúncias		18.490.420,00	

Observações:

a) Compensação das renúncias de receitas:

01 - são renúncias praticadas antes da publicação da LRF. A reedição da Lei restringiu a renúncia;

02 - são renúncias praticadas antes da publicação da LRF, embora as Leis tenham sido reeditadas, após a publicação da LRF, não foi afetada a abrangência do benefício;

03 - incremento e agilização nas revisões cadastrais vêm ampliando a base de incidência do IPTU, proporcionando evolução positiva nas arrecadações, compensando com folga as não incidências, as isenções e a redução da base de cálculo;

06 - parte desta renúncia já vinha sendo praticada antes da LRF; a outra parte está sendo suportada pela expansão do nosso parque industrial (incentivado), proporcionando incremento do valor adicionado do município e por conseqüência, aumentando os repasses principalmente do ICMS;

09 - renúncias praticadas antes da publicação da LRF.

b) As renúncias constantes neste Anexo foram deduzidas das estimativas das receitas na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2021, atendendo ao Inciso I do artigo 14 da LRF e não afetarão os resultados das Metas Fiscais.

AUMENTO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

A margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado que historicamente sempre foi suportada pelo constante crescimento das receitas, conforme resultados abaixo. Entretanto, devido ao exercício de 2020 estar sendo um ano atípico, por conta do pandemia do novo Coronavírus e pelas restrições impostas pela própria Lei Complementar nº 173/2020 no que se refere ao aumento de despesa, para o exercício de 2021 está previsto o valor de R\$ 1.200.000.000,00.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
Av. Eng. Fábio R. Barnabé nº. 2800 – Jd. Esplanada II
C.N.P.J. nº 44.733.608/0001-09

Total das RECEITAS por exercício:

Exercício	Valores (R\$)
1998	72.577.659,68
1999	82.778.693,70
2000	90.338.853,81
2001	105.317.781,96
2002	119.537.250,36
2003	201.387.149,78
2004	216.366.660,09
2005	243.019.773,94
2006	296.753.003,69
2007	363.646.046,66
2008	430.152.813,69
2009	491.470.834,77
2010	538.127.919,78
2011	611.754.526,60
2012	730.813.819,04
2013	739.708.746,41
2014	836.153.852,84
2015	884.447.235,97
2016	1.014.256.347,50
2017	1.066.517.522,46
2018	1.112.462.370,14
2019	1.390.663.224,54
2020 (até ago)	845.519.039,34

28/09/2020